

CÂMARA DE VEREADORES DE MARIOPOLIS – PR
ATA Nº 16/2026 – 13/04/2026
ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO
DE 2026.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas realizou-se na Câmara de Vereadores a sessão ordinária da semana e todos os Vereadores se fizeram presentes. Iniciando os trabalhos a ata da sessão anterior foi lida e aprovada e na **ORDEM DO DIA** foi lido o parecer nº 125 das Comissões favorável ao Projeto de Lei nº 07/2026 que: “Autoriza o Executivo adquirir bens antigos de valor histórico e cultural, declarados de utilidade pública pelo Decreto 51/2025”. O Projeto foi lido na íntegra e o Vereador Artur solicitou vistas para melhor análise da matéria. O Vereador Castilho manifestou-se informando que a matéria foi amplamente discutida nas reuniões das Comissões, destacando, inclusive, a visita realizada por alguns Vereadores ao local onde se encontram armazenadas as peças do acervo. Na ocasião, constatou-se a existência de diversas peças raras e de significativo valor histórico para o Município. Colocado em votação, o pedido de vistas foi rejeitado por cinco votos a quatro, tendo o Presidente exercido o voto de desempate pela manutenção da reprovação do referido pedido. Ainda na discussão deste assunto o Vereador Artur, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação determinou que as reuniões desta Comissão serão às segundas feiras pela manhã. Na sequência, passou-se à discussão do Projeto de Lei nº 07. Durante o debate, foi destacado que os itens constantes no acervo são raros e necessitam de cuidados especiais, ressaltando-se a importância de o Município não perder a oportunidade de adquiri-los para futura implantação de um Museu Municipal. O Vereador Luciano manifestou-se contrário ao Projeto, destacando que muitos dos objetos foram doados pela população, especialmente por agricultores, e que deveriam permanecer como patrimônio público, não sendo adequado que sejam vendidos. Mencionou ainda o esforço do Vereador Luiz na preservação desse acervo. Outros vereadores também se manifestaram, enfatizando a relevância histórica das peças e a necessidade de preservação do patrimônio, defendendo a aprovação da aquisição como forma de resgate histórico para o Município. Por fim, ressaltou-se que a iniciativa contribuirá significativamente para a criação e estruturação do Museu Municipal, garantindo a preservação da história local. Durante a continuidade da discussão, o Vereador Edimilson manifestou-se informando que votará de forma contrária ao projeto, demonstrando preocupação com a avaliação dos bens constantes no




acervo, entendendo que os mesmos deveriam ser objeto de análise mais detalhada. Ressaltou, contudo, que não é contrário à criação de um Museu Municipal. Também foram mencionadas as tratativas realizadas anteriormente pelo Senhor Luiz no Município, incluindo iniciativas relacionadas à rádio local e à destinação de espaço para armazenamento do acervo, levantando-se questionamentos acerca da responsabilidade pela manutenção dos itens e da disponibilidade de pessoal para tal finalidade, considerando as demais demandas existentes. Ainda, foi destacado que todos os bens deveriam estar devidamente relacionados no projeto. A Vereadora Ivanete, Presidente da Comissão de Direitos Humanos lê a resposta do Executivo dos questionamentos feitos na reunião no dia de 08 de abril. Encerradas as discussões, o Projeto de Lei nº 07 foi colocado em votação, sendo aprovado por cinco votos favoráveis e quatro contrários. Votaram contra os Vereadores Luciano, Artur, Edimilson e Sergio. O Presidente desempatou votando favorável ao Projeto. A segunda votação ficou marcada para o dia 14/04. Dando continuidade a ordem do dia foi lida a súmula do Projeto de Lei nº 18/2026 que: “Determina as alíquotas de contribuição previdenciária e estabelece a revisão do plano de amortização devidas pelo Município de Mariópolis PR, ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, e dá outras providências”. O Presidente encaminhou-o para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Foi lido a súmula do Projeto de Lei nº 19/2026 que: “Dá denominação as Estradas Vicinais MP-121 e MP 132 “Reno José Menegussi” e dá outras providências”. O mesmo foi encaminhado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Desenvolvimento Sustentável. Após, foi lido a súmula do Projeto de Lei nº 20/2026 que: “Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Mariopolitana Amigos da Bocha e dá outras providências”, e o mesmo encaminhado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e Direitos Humanos. Foi lido após, a súmula do Projeto de Lei nº 21/2026 que: “Promove alterações no Anexo I da Lei Municipal nº 44/2011 e dá outras providências”, e encaminhado para as Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Direitos Humanos e Finanças e Orçamento. Prosseguindo, foram lidos, justificados, votados e aprovados os seguintes Requerimentos: nº 13 dos Vereadores Artur, Luciano e Edimilson solicitando informações sobre acidentes com veículos e maquinários do Município nos anos de 2024, 2025 e 2026: nº 14, dos Vereadores Edimilson e Artur solicitando informações sobre atendimentos às pessoas diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foram lidas ainda, a Indicação do Vereador Edimilson reforçando pedidos anteriores de melhorias no local de

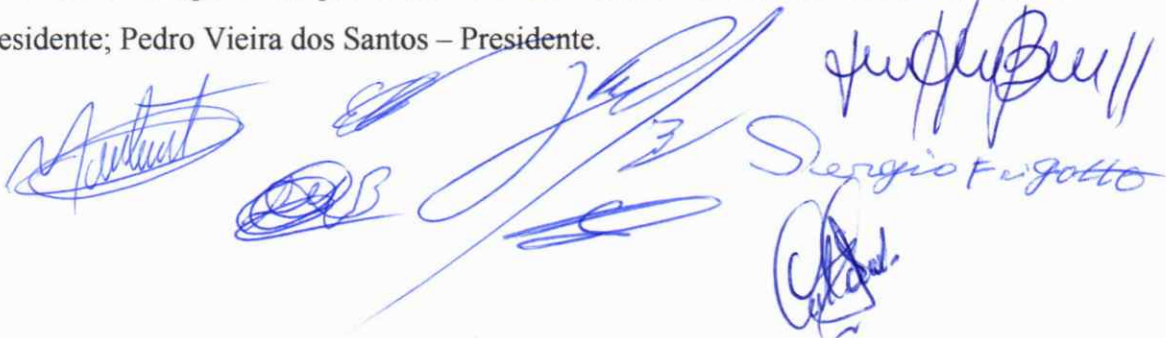
espera do setor de TFD – Tratamento Fora do Domicílio, setor de marcação de exames e consultas especializadas e o ofício do Executivo respondendo Indicação do Vereador Edimilson. Na **PALAVRA LIVRE** os Vereadores usaram da palavra na seguinte ordem: O Vereador Castilho expôs sua opinião acerca das discussões ocorridas durante a apreciação do Projeto de Lei nº 07 e do pedido de vistas apresentado pelo Vereador Artur, ressaltando que todos os parlamentares devem expor suas ideias e participar dos debates, sempre com respeito às opiniões divergentes. A Vereadora Ivanete manifestou-se destacando a importância do respeito às ideias de cada parlamentar, parabenizando, na sequência, os Vereadores pelos Requerimentos e Indicações apresentados na presente sessão. Prosseguindo, levantou diversos assuntos de interesse público, solicitando informações acerca das obras de ampliação do Centro de Idosos; cobrou providências quanto à execução das obras de fechamento do Ginásio de Esportes da APAE; abordou a questão da segurança pública, ressaltando a falta de efetivo policial no Município, o que tem facilitado a ocorrência de assaltos e furtos em residências, mencionando, inclusive, fatos ocorridos no último final de semana, bem como relatos de vítimas que informaram não terem obtido atendimento após diversas ligações ao número 190. Ainda, tratou sobre o transporte coletivo metropolitano, enfatizando a necessidade de se buscar uma solução, tendo em vista as constantes cobranças da população que depende do serviço para deslocamento até o Município de Pato Branco para trabalho e demais atividades. Por fim, destacou que o Poder Legislativo buscou alternativas para evitar a paralisação do referido serviço, contudo, as medidas propostas não foram acatadas pelo Procurador do Município. O Vereador Sergio também se manifestou acerca da ausência de policiamento em período integral no Município, destacando os furtos ocorridos em residências na zona rural. Ademais, relatou as cobranças que vem recebendo da população quanto à ampliação do Centro de Idosos, a qual, segundo informou, foi prometida pelo Senhor Prefeito em evento realizado pela Associação. O Vereador Pedro informou sobre evento do qual participou junto ao Grupo de Idosos, na presença do Senhor Prefeito, ocasião em que este afirmou que buscaria recursos para a ampliação da sede. Em relação ao transporte coletivo metropolitano, comentou sobre reuniões realizadas pelos Vereadores no ano anterior com o proprietário da empresa, visando a busca de uma solução, tendo sido, inclusive, pesquisadas alternativas adotadas em outros Municípios que enfrentavam o mesmo problema e conseguiram resolvê-lo. Relatou que o caso foi levado ao Senhor Prefeito, porém não foi acatado. Na sequência, requereu verbalmente informações acerca do andamento de seu pedido de alargamento da Alameda 20, no Bairro Rosa. Quanto à



segurança pública, mencionou as diversas reuniões realizadas com Comandantes da Polícia Militar na busca de soluções, destacando, contudo, que até o momento nenhuma medida efetiva foi implementada. O Vereador Edimilson manifestou-se reforçando a Indicação de sua autoria, solicitando a união de todos os parlamentares para a elaboração de Projeto de Lei acerca do referido tema. Na sequência, comentou sobre o atendimento na área da saúde, especialmente em relação ao mutirão de cirurgias realizado na última semana, demonstrando indignação com a postura de alguns profissionais, citando, inclusive, o caso envolvendo sua esposa durante o referido atendimento. Prosseguindo, reiterou o teor de seu Requerimento, enfatizando a necessidade de assegurar os veículos do Município, em especial aqueles utilizados na área da saúde para o transporte de pacientes. O Vereador Marco cumprimentou os demais Vereadores pelas proposições apresentadas, destacando, em especial, o Requerimento que solicita informações acerca dos acidentes envolvendo veículos e maquinários do Município. Em relação ao atendimento na área da saúde, sugeriu que seja encaminhado convite à Secretária Municipal de Saúde para participar de uma sessão da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos e discutir os assuntos levantados pelos parlamentares. O Vereador Luciano manifestou-se destacando que o Poder Legislativo não detém competência para resolver diretamente questões como o transporte coletivo metropolitano e a segurança pública, ressaltando que, embora os Vereadores busquem alternativas, há falta de empenho por parte do Executivo em adotar medidas efetivas para solucionar tais demandas, amplamente cobradas pela população. Em relação às cirurgias eletivas, informou que destinou emenda impositiva com a finalidade de contribuir para a realização desses procedimentos. O Vereador Artur manifestou-se acerca da participação dos Vereadores nas reuniões das Comissões, justificando suas ausências nas quartas-feiras e informando que, por este motivo, passou a agendar as reuniões de sua Comissão para as segundas-feiras no período da manhã. Na sequência, retomou a questão referente ao seu pedido de vistas ao Projeto de Lei nº 07, esclarecendo que, quando esteve na Secretaria pela manhã, foi informado de que não havia matéria a ser deliberada e, ao chegar posteriormente, foi surpreendido com a decisão de votação do referido Projeto, ressaltando a necessidade de maior prazo para análise da matéria. Por fim, destacou que outros Vereadores já haviam solicitado pedidos de vistas em projetos de lei, os quais foram acatados sem a necessidade de submissão à votação. O Presidente, por sua vez, aparteu afirmando que estava seguindo o Regimento Interno e, em seguida, alertou o Vereador quanto ao tempo de uso da palavra, o que gerou insatisfação por parte do



Vereador Artur, dando início a uma discussão mais acalorada. Diante da situação, o Presidente declarou encerrada a sessão, da qual eu, Pedro, 1º Secretário, lavrei ata, que após lida e se aprovada, por todos será assinada. Solismar Germiniani de Souza – Presidente; Pedro Vieira dos Santos – Presidente.



Handwritten signatures in blue ink, including the name Sergio Fugatto.